



PARECER ÚNICO SUPRAM 44/2012

PROTOCOLO Nº 118458/2012

Indexado ao(s) Processo(s)

Licenciamento Ambiental Nº 01888/2003/004/2011	Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação	Deferimento
Reserva Legal: averbada	APEF: 3583/2011	Validade: 4 (quatro) anos

Empreendedor: IMA – Indústria Madeira Imunizada Ltda.

Empreendimento: Pilha de rejeito/estéril

CNPJ: 19.791.615/0005-35

Município: Ouro Preto/MG

Unidade de Conservação: APEE Manancial Veríssimo (à 6,32km de distância)

Bacia Hidrográfica: Rio São Francisco

Sub-Bacia: Rio das Velhas

Atividades objeto do licenciamento:

Código DN 74/04	Descrição	Classe
A-05-04-5	Pilhas de Rejeito / estéril	3

Medidas mitigadoras: SIM NÃO

Medidas compensatórias: SIM NÃO

Condicionantes: SIM NÃO

Automonitoramento: SIM NÃO

Responsável técnico pelo empreendimento

Gustavo Cardoso Carvalho

Registro

CREA: 108245/MG

Responsável pela elaboração dos estudos

Virgilio Augusto Moura Silva Pinto

Registro

CREA: MG-43506/D

Relatório de vistoria/auto de fiscalização: 78950/2011

Data: 05/08/2011

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2012.

Equipe	MASP	Assinatura
Jacqueline Moreira Nogueira	1155020-9	
Flora Misaki Rodrigues	1.274.271-4	
Elaine Cristina Amaral Bessa	1.170.271-9	

De acordo:	Isabel Cristina R. R. C. de Menezes Diretora Técnica - MASP 1043798-6	
	Diretoria Controle Processual Diego Koiti de Brito Fugiwara MASP 1145849-4	



1. INTRODUÇÃO

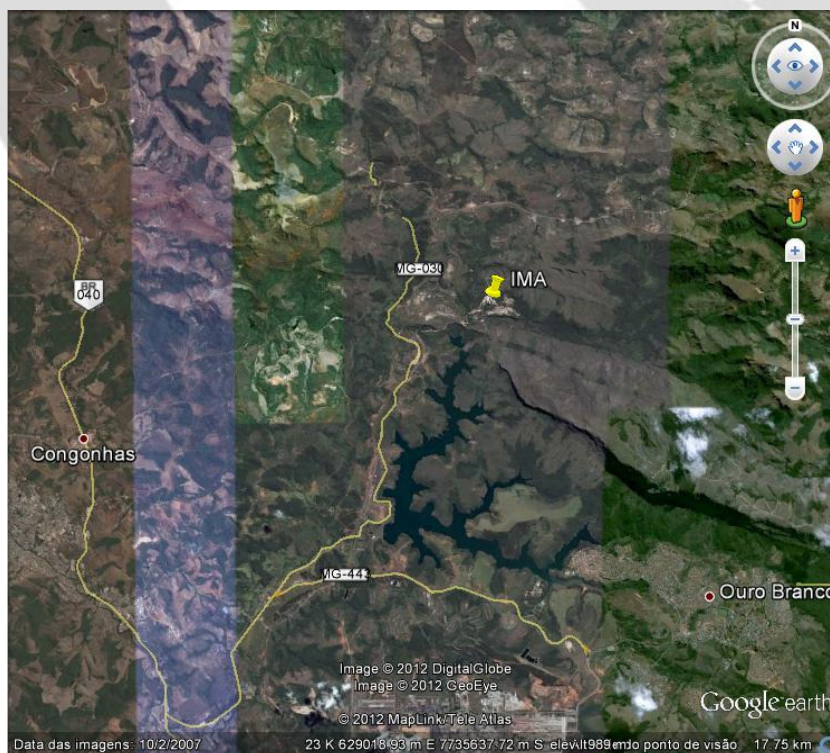
Este Parecer Único visa subsidiar o julgamento do pedido de Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação (LP+LI) para implantação de uma pilha de estéril, localizada no Município de Ouro Preto/MG, apresentado pelo empreendimento Vale S.A.

As orientações para a formalização do processo de regularização ambiental do referido empreendimento foram geradas a partir do protocolo do Formulário Integrado de Caracterização do Empreendimento – FCE N° R025671/2011 e da emissão do Formulário de Orientação Básica – FOBI N° 121230/2011.

A análise técnica pautou-se nas informações apresentadas no Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, no Plano de Controle Ambiental - PCA, nas verificações em vistoria ao empreendimento realizada no dia 05/08/2011 (Auto de Fiscalização N° 78950/2011), bem como nas informações complementares entregues (R178876/2011).

2. LOCALIZAÇÃO

A área objeto deste licenciamento situa-se no distrito de Miguel Burnier, pertencente ao município de Ouro Preto/MG, sob as coordenadas UTM 630.281 (X) / 7.737.414 (Y) – Fuso 23S – Datum SAD 69. A distância de Belo Horizonte à mineração é de aproximadamente 103km, seguindo-se pela BR-040, sentido Rio de Janeiro, com entrada pelo trevo que conduz ao município de Ouro Branco. A seguir, imagem com a localização do empreendimento.



Fonte: Google Earth, acesso em 16/01/2012.



3. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O presente licenciamento tem como objetivo a implantação de uma pilha de estéril numa área de 4,3ha, na mina de dolomita de Miguel Burnier (Rodeio de Baixo) da empresa IMA Indústria de Madeira Imunizada Ltda., processo DNPM nº 5.886/40, Concessão de Lavra Retificada nº 1.357, de 01/10/82, localizada no Município de Ouro Preto/MG. A mina opera atualmente com uma capacidade de produção de 30.000 t/mês de ROM.

A nova pilha de estéril será disposta em bancadas. Segundo consta nos estudos ambientais, foram utilizados os seguintes parâmetros geométricos em seu projeto conceitual:

- Altura do banco: 10 m;
- Número de bancos: 3;
- Ângulo individual do talude: 40°;
- Ângulo geral: 32°;
- Largura da berma: 7 m.

Com a adoção dos parâmetros acima, a pilha de estéril apresenta as seguintes características:

- Cota mínima: 945 m;
- Cota Máxima: 975 m;
- Extensão máxima: 432 m;
- Largura máxima: 149 m;
- Área: 4,3 ha;
- Capacidade de armazenamento: 565.000 m³.

Os materiais a serem encaminhados para a nova pilha de estéril serão dolomita fora de especificação e, em menores quantidades, filito e solo (camada não fértil), provenientes das frentes de lavra da mina de Miguel Burnier e sem valor econômico. O material estéril da mina será transportado por caminhões basculantes até a pilha.

A pilha de estéril será formada em sentido ascendente, formando-se bases sucessivas compactadas, aptas a receber novas deposições, criando-se bermas de segurança com respectivo sistema de drenagem.

A infraestrutura de apoio existente está situada fora do direito mineral. A norte do polígono estão instaladas a britagem, as oficinas de manutenção (britagem e lavra), o reservatório de combustível e algumas construções (casa e refeitório). A nordeste estão localizados os paíóis de explosivos e acessórios (duas unidades) e a pilha de estéril de propriedade da IMA. A sudoeste tem-se: balança, cozinha, alojamento, vestiário, banheiro e galpão do almoxarifado.

O sistema principal de abastecimento de água para uso industrial compõe-se de captação através de barragem existente no Córrego da Usina. O consumo diário é de 600m³ e o seu tempo de funcionamento de 10 horas. A água captada é armazenada em um sump escavado em rocha dolomítica com capacidade de armazenamento de 3.000m³, dotado de um vertedouro natural que escoo o excesso de volta para o



Córrego da Usina. O ponto está regularizado através da Portaria nº 00569/2011 de 04/03/2011, válida até 04/03/2016.

Para consumo doméstico (abastecimento de banheiros, lavabos, chuveiros, oficina, etc.) a água é captada em uma drenagem localizada nos pontos de coordenadas UTM 0630384 / 7737374 através de uma bomba de pistão. O consumo diário é de 20 m³ e o seu tempo de funcionamento de 4 horas. A água captada é armazenada em um reservatório de concreto com capacidade para 4m³. O ponto está regularizado através da Portaria nº 00570/2011 de 04/03/2011, válida até 04/03/2016.

A energia elétrica consumida no processo industrial (britagem) e na iluminação é fornecida pela CEMIG – Cia Energética de Minas Gerais S.A. A empresa possui 4 km de rede de distribuição de 138 KVA e quatro transformadores: 1 transformador de 400 KVA – 440 V; 1 transformador de 300 KVA – 440 V; 1 transformador de 25 KVA – 220/127 V; e 1 transformador de 15 KVA – 220/127 V.

O quadro de pessoal é composto por 49 empregados, sendo 39 funcionários próprios e 10 terceirizados. A mina opera em turno único de trabalho (44 horas/semana) com jornada diária de segunda à sexta-feira, no horário de 7:00 h às 16:48 h, com intervalo de uma hora para a refeição.

4. ALTERNATIVAS LOCACIONAIS

Segundo os estudos ambientais apresentados, inicialmente foram identificadas duas áreas prováveis para a implantação da nova pilha de estéril na mina de Miguel Burnier. Posteriormente, essas áreas foram avaliadas conforme os aspectos discriminados no quadro a seguir.

Aspectos Analisados	Pontuação	Área 1	Área 2
Distância de transporte a partir das frentes de lavra	Menor distância → Favorável	X	
Topografia	Topografia plana → Favorável	X	
Supressão de vegetação (área a ser suprimida)	Área pequena → Favorável	X	X
Área já impactada pela atividade de lavra	Sim → Favorável	X	
Existência de comunidade próxima a montante e a jusante desta área	Distante → Favorável	X	X
Localização da área em relação a poligonal da concessão	Dentro da poligonal → Favorável	X	
Distância de curso d'água	Distante → Favorável		X
Fundação da base da pilha	Formação rochosa → Favorável	X	

Assim, diante desta avaliação, concluiu-se que a Área 1 apresentou um número maior de condições favoráveis à implantação desta nova pilha.

A equipe técnica concordou com a alternativa escolhida pela empresa. Ressalta-se que toda a área desta alternativa encontra-se em sua maior parte impactada por exploração minerária já exaurida, ou seja, antropizada.



5. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

5.1 DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO

- *Área diretamente Afetada (ADA)*: área onde será implantada a nova pilha.
- *Área de Influência Direta (AID)*: corresponde à ADA mais área de entorno.
- *Área de Influência Indireta (AII)*: corresponde à área com probabilidade de sofrer impactos gerados pelas atividades realizadas na área de influência direta do empreendimento, correspondente aos municípios de Ouro Preto, Ouro Branco e Conselheiro Lafaiete, devido as prováveis interações socioeconômicas, além do distrito de Miguel Burnier.

5.2 MEIO FÍSICO

Geologia

A jazida de dolomito da IMA está localizada no prolongamento noroeste da Serra do Ouro Branco, entre esta serra e a Serra da Bocaina. A delimitação da área de influência direta e indireta da mina foi estabelecida tendo ao norte os afluentes e nascentes do córrego da Usina e a sul a represa do ribeirão Colônia.

A região é caracterizada, topograficamente, por elevações constituídas por corpos remanescentes de quartzitos no lado sul da área e filitos com lentes de itabiritos e dolomitos no lado norte da área.

A área de influência direta e indireta é compreendida, predominantemente por rochas do Supergrupo Minas, representado por rochas sedimentares químicas e clásticas de grande extensão areal e de espessura relativamente uniforme. As rochas metassedimentares do Supergrupo Minas apresentam quartzitos (formação Moeda), filitos (formação Batatal), dolomitos (formação Gandarela) e formações ferríferas de fácies carbonática e silicatada interdigitadas (formação Cauê).

Os Grupos Caraça, Itabira e Piracicaba pertencentes ao Supergrupo Minas representam as unidades estratigráficas mais importantes na área. As rochas do grupo Caraça são representadas pela formação Moeda (quartzitos) e formação Batatal (filitos). Em razão do avançado estágio de intemperismo na região, essas formações são superficialmente indivisas, podendo-se avaliá-las somente pelas características dos solos mais arenosos (formação Moeda) e mais argilosos (formação Batatal).

A formação Moeda, presente na porção sul da mina, é representada por quartzitos de granulação média a grosseira e por quartzo-filitos branco-esverdeados, sendo raramente observadas estruturas sedimentares primárias. Quando se caminha em direção à formação Batatal, observa-se o aumento gradativo de intercalações de filito sericítico, o que evidencia o caráter transicional de contato entre as duas formações.

A transição sedimentos clásticos (grupo Caraça) – sedimentos químicos (grupo Itabira) é marcada por uma litologia geralmente designada de filito dolomítico. As rochas do grupo Itabira correspondem a uma seqüência originalmente química-sedimentar, representada pela formação Gandarela (dolomitos e filitos dolomíticos) e formação Cauê (itabiritos). Continuando a seqüência têm-se nuances de dolomito gradando a itabiritos. A norte da mina têm-se itabiritos e formação ferrífera dolomítica.



O Grupo Piracicaba é indiviso na área, possuindo filitos com lentes de itabirito, dolomito, quartzito e quartzito ferruginoso.

A canga aparece na forma de crosta ou carapaça endurecida cobrindo geralmente a maior parte da formação ferrífera, encerrando, às vezes, grande quantidade de seixos ou blocos de hematita cimentados por óxidos de ferro hidratados, o que lhe confere aspecto verrugoso (canga hematítica) com resquícios da estrutura do material original (canga estruturada) e sob forma amorfa, associada à canga terrosa.

Geomorfologia

O Quadrilátero Ferrífero representa parte da exposição do Cráton São Francisco, caracterizando-se por ser uma região montanhosa, de dobramentos, com área aproximada de 7.200 km².

O Quadrilátero Ferrífero se caracteriza como uma área conspícua, apresentando exemplos didáticos de geomorfologia estrutural, erosão diferencial e superfícies de erosão, sendo que sua formação atual é bastante influenciada pelos aspectos litoestruturais.

Quartzitos e itabiritos, mais resistentes, permaneceram como cristas, enquanto gnaisses migmatíticos, devido a sua menor resistência ao intemperismo e erosão, tornaram-se terras baixas. Xistos e filitos ocupam uma posição intermediária, e ocorrem, normalmente, preenchendo sinclinais e anticlinais topograficamente invertidos. variações na declividade das vertentes e, sobretudo, variações altimétricas relacionam-se a variações litológicas.

Hidrografia

O padrão geral assumido pela rede de drenagem é dendrítico, não obstante suas conformações locais e o forte controle estrutural exercido sobre a orientação e o aprofundamento dos cursos d'água. A direção predominante neste trecho de drenagem é nordeste/sudoeste, onde o ribeirão Burnier encontra-se sub-paralelo ao córrego da Usina e ao ribeirão Colônia.

Segundo os estudos ambientais apresentados, o córrego da Usina, possui suas nascentes no contato do dolomito com o itabirito, nas proximidades da estrada de ferro. Na área do empreendimento há uma série de nascentes que dão origem aos córregos tributários do córrego da Usina e do Ribeirão da Colônia.

A proteção aos mananciais de superfície é efetivada pela IMA mediante controle de drenagem de águas pluviais e contenção de sedimentos em uma represa de decantação situada a jusante da área de intervenção da mina.

A empresa realizada ainda monitoramento quadrimestral de qualidade das águas superficiais, conforme demonstrado na tabela a seguir:



PONTO	LOCAL	COORDENADA GEOGRÁFICA	
P - 0	CÓRREGO DA USINA À MONTANTE DO EMPREENDIMENTO	629.802 E	7.737.554 S
P - 1	RIBEIRÃO COLÔNIA À JUSANTE DO EMPREENDIMENTO - ESCADARIA	630.485 E	7.736.882 S
P - 2	RIBEIRÃO COLÔNIA À MONTANTE	631.549 E	7.736.876 S
P - 3	SAÍDA DOS DIQUES DE CONTENÇÃO	630.350 E	7.737.258 S
P - 4	SAÍDA DO CORRÉGO DA PILHA DE ESTÉRIL	631.332 E	7.737.120 S
CSAO		630.674 E	7.737.461 S
FOSSA BALANÇA		629.894 E	7.737.029 S
FOSSA OFICINA		630.619 E	7.737.535 S

Fonte: IMA, 2012.

Hidrogeologia

Aqüíferos granulares em cobertura de canga e depósito de tálus: Estes aquíferos são formados pelo retrabalhamento de itabiritos, quartzitos e filitos com granulometria muito heterogênea e fortemente cimentadas em concreções ferruginosas. A ocorrência destes depósitos está geralmente associada à presença das formações ferríferas do Grupo Itabira. A recarga se dá através da infiltração direta da água de chuva e o escoamento é vertical quando as rochas sotopostas são permeáveis e horizontal quando são impermeáveis. A principal característica destes aquíferos é a elevada capacidade de retenção do escoamento superficial, contribuindo para aumentar a taxa de infiltração.

Aqüíferos fraturados em rochas pelíticas: Correspondem às zonas aquíferas associadas a fraturamentos dos filitos dolomíticos do Supergrupo Minas. Trata-se de rochas metamórficas de origem clástica ou químico-clástica, com predomínio de sedimentos siltosos ou argilosos. Do ponto de vista hidrogeológico regional, o comportamento destas rochas é o de um aquíclode, confinando a circulação das águas subterrâneas das demais unidades hidrogeológicas.

Aqüíferos fraturados em rochas quartzíticas: São constituídos pelas rochas quartzíticas do Supergrupo Minas, principalmente dos Grupos Caraça, Tamanduá e Piracicaba. Estes aquíferos apresentam um comportamento misto com circulação e armazenamento de águas subterrâneas, através das fraturas e dos interstícios das rochas de origem granular e posteriormente metamorfisadas. A recarga se processa através da infiltração direta da chuva no manto de alteração arenoso ou em sedimentos recentes sobrepostos, os quais alimentam as fraturas. As fraturas realizam a circulação subterrânea e transmitem água para ser armazenada nos interstícios da matriz rochosa.

Aquífero cárstico: É constituído pelos carbonatos da formação Gandarela e Cauê, uma vez que a passagem entre os mesmos é gradacional. A porosidade é secundária originada através de metamorfismo, onde fraturas e falhas podem ser alargadas pela ação química das águas. A recarga geralmente é realizada pela infiltração direta de águas meteóricas nas camadas permeáveis subjacentes, sejam oriundas do intemperismo ou sedimentos alóctones. Outra fonte de recarga podem ser os aquíferos fraturados subjacentes. Os condutos formados por retrabalhamento de



descontinuidades estruturais fazem a circulação subterrânea da água.

Aqüíferos em formações ferríferas: Correspondem aos itabiritos ferruginosos e hematitas da Formação Cauê. Caracterizam-se por apresentarem fácies com comportamento predominantemente do tipo poroso ou granular, intercalados com fácies do tipo fraturado. Nas áreas em que o teor de ferro é maior, a porosidade e a permeabilidade tendem a ser mais elevadas. A recarga destes aqüíferos se processa através das chuvas de forma direta ou indireta nos depósitos de canga sobrepostos.

5.3 MEIO BIÓTICO

Caracterização da Flora

Para a análise e avaliação da cobertura vegetal foi realizado um levantamento através de observações locais, identificando-se as formações ocorrentes e as espécies mais frequentes existentes na área do empreendimento. Realizou-se, também, a documentação fotográfica e a coleta de material botânico que foi herborizado para posterior identificação. Além disso, para complementar o diagnóstico, foram obtidas informações junto a moradores do local através de entrevistas e realizado um levantamento bibliográfico de trabalhos realizados na região e em áreas similares.

Na região avaliada, os biomas predominantes são: Mata Atlântica e cerrado. As formações vegetais encontram-se bastante descaracterizadas devido às atividades minerárias e agropecuárias existentes na região. No alto das montanhas, em altitudes superiores a mil metros, ainda podem ser observados os campos rupestres (formações vegetais associadas à degradação de quartzitos e arenitos que produz solos pedregosos ou arenosos).

A cobertura vegetal predominante, na região estudada, é formada por vegetação secundária que se encontra em fase de regeneração, apresentando diversos estágios sucessionais. Nessas áreas, a vegetação varia desde uma cobertura vegetal que se encontra em início de regeneração, até uma vegetação bastante densa (mata secundária) onde o estrato arbóreo é bem desenvolvido e se encontra em adiantado estado de regeneração. Pequenas áreas de reflorestamento com eucaliptos (*Eucalyptus* sp.), formando cortinas arbóreas estão presentes. Os remanescentes florestais, ainda existentes, são representados principalmente por pequenos fragmentos de mata seca encontrados no alto dos morros e nas encostas, ao redor dos afloramentos calcários, além de matas ciliares observadas nas margens dos ribeirões e córregos existentes na região estudada. Os principais cursos d'água presentes na área de influência do empreendimento são: córrego da Usina e tributários do ribeirão Colônia.

Cobertura vegetal na área diretamente afetada:

Na área da nova pilha de estéril, a vegetação é pouco significativa, visto a quantidade de espécies neste local. Contudo próximo a esse local parte da vegetação é constituída por vegetação secundária. Nessas formações vegetais, o estrato inferior herbáceo aparece coberto principalmente por gramíneas, tais como: capim-rabo-de-burro, capim-barba-de-bode, braquiária, capim-gordura, capim-colonião, grama-batatais e capim-rabo-de-raposa. Outras herbáceas consideradas como plantas daninhas são também comuns (macela-do-campo, carqueja, picão-preto e carrapicho-redondo). No estrato



arbustivo, ocorre o predomínio de Sangra d' água, Aroeirinha, Goiabeira, Angá e Peito Pombo.

No estrato arbóreo, podem ser encontrados exemplares de espécies características de mata seca que cobriam anteriormente o local, como por exemplo, peroba-de-minas, jacarandá-de-minas, ipê-roxo, bolsa-de-pastor, pata-de-vaca, pau-de-óleo, angico-vermelho, figueira-branca, macaúba, mamica-de-porca, entre outros. Como representantes de mata ciliar pode-se citar: embaúba-branca, imbaúba, sangra-d'água, angico-vermelho, espinheiro, goiabeira, entre outros.

Caracterização da Fauna

A definição dos locais de amostragem para o diagnóstico da fauna foi feita em função do tamanho e das características da vegetação incidente. O levantamento da fauna ocorreu através de observações da equipe técnica, baseadas na detecção visual, auditiva e procura de vestígios (pegadas, fezes, pêlos, ninhos e outros sinais deixados pelos animais no ambiente). Além disso, para complementar o diagnóstico das espécies animais existentes no local estudado, alguns representantes foram registrados de acordo com as informações obtidas junto a moradores da região e levantamentos bibliográficos através de trabalhos desenvolvidos na região e em áreas similares. Foram detectadas principalmente, representantes da avifauna devido a sua maior ocorrência e facilidade de observação. Quanto aos outros grupos faunísticos, muitos representantes foram registrados de acordo com as informações obtidas junto a moradores da região e levantamentos bibliográficos.

Entomofauna

Foram identificadas através desse estudo as espécies: *Grammostola* sp.; *Phoneutria nigriventer*; *Tabanus* sp.; *Hexagenia albivittata*; *Apis mellifera*; *Atta sexdens*; *Azteca paraensis*; *Trigona* sp.; *Caligo eurilochus*; *Colaenis julia*; *Bactridium grande*; *Gryllotalpa hexadactyla*; *Gryllus assimilis*; *Scapteriscus oxydactylus*; *Tityus bahiensis*.

Ictiofauna

Foram registradas 11 espécies de peixes. São elas: piau, lambari, pacu, lambari-bocarra, cará, tilápia, traíra, cascudo, mandi-amarelo, bagre e cambeva. Na área estudada, através da observação visual, somente foi possível detectar a presença de lambaris próximo à escada da barragem, que se encontra fora da área do empreendimento.

Herpetofauna

Anfíbios

Na área estudada, a amostragem de anfíbios por detecção visual e auditiva foi dificultada, em razão dos hábitos noturnos de algumas espécies e da ocorrência de populações pequenas causada, provavelmente, pela destruição de habitats naturais pelas atividades antrópicas.

As espécies de anfíbios registradas são consideradas comuns e com uma alta plasticidade ambiental. Somente a cobra-cega pertence à ordem Gymnophiona,



apresentando aspecto vermiforme e vida subterrânea. Sapo-cururu, sapo-boi, perereca, perereca-verde e rã-comum são pertencentes à ordem Anura e podem ser encontradas nos ambientes ribeirinhos da região.

Répteis

Com relação às espécies de répteis registradas na região pode destacar-se a presença de lacertílios e ofídios peçonhentos e não peçonhentos. Lagartixa, calango-bico-doce, calango-marrom e teiuáçu são alguns dos representantes do grupo dos lacertílios encontrados na região estudada. Como representante de cobra não peçonhenta, temos a cobra-cipó, cobra-verde e caninana, que se alimentam de pequenos animais. Com relação a cobras peçonhentas, as mais comuns são: coral-verdadeira, urutu-cruzeiro, jararaca, jararacuçu e cascavel. A maioria dessas espécies caracteriza-se por adaptação a diversos tipos de formações vegetais e capacidade de viver em ambientes alterados pelo homem.

Avifauna

Para realizar o levantamento das aves, os métodos utilizados para a identificação das aves foram os métodos de observações visuais (V) e acústicas (A). A visualização das espécies foi realizada com o auxílio de um binóculo com 10-30 X 25 mm de aumento. A identificação de vocalizações, como cantos, chamados e gritos de alerta serviram para o diagnóstico das espécies que não puderam ser vistas, utilizando-se um mini gravador cassete. A procura de vestígios, como por exemplo, a presença de ninhos de determinada espécie também foi considerada para o levantamento das aves (P). Além disso, para o complemento do registro das espécies ocorrentes na área estudada, foram obtidas informações junto a moradores do local através de entrevistas (E) e, também, através de levantamentos bibliográficos (B) de estudos e trabalhos já desenvolvidos na região e em áreas similares.

Foram registradas 67 espécies de aves, distribuídas em 14 ordens e 28 famílias. A ordem que registrou o maior número de espécies foi a PASSERIFORME, representada por 9 famílias e 28 espécies.

De acordo com a relação das espécies de aves endêmicas (aves conhecidas exclusivamente do Brasil) citada em Sick (1997), não foi registrada nenhuma espécie considerada como endêmica.

Pode-se observar que a maior parte das espécies registradas é onívora. O número de espécies que utilizam um recurso alimentício específico relaciona-se com a maneira que o recurso está distribuído e com a estabilidade de suprimento do recurso. A presença de espécies onívoras como a guilda alimentar mais importante mostrada no levantamento desse estudo pode estar relacionada a sazonalidade do recurso alimentar e à diversidade de habitats, que favorecem indivíduos mais generalistas.

Mastofauna

Para o trabalho de levantamento de mamíferos, os métodos utilizados foram: observação direta (V), acústica (A) e procura de vestígios, tais como, pegadas, fezes, pêlos e outros sinais deixados pelos animais no ambiente (P). Na área estudada,



através da observação visual, somente foi possível detectar a presença de quati, que foi visto atravessando uma via de acesso, que se encontra fora da área do polígono.

Na região avaliada, os mamíferos de pequeno porte registrados foram: gambá, tapiti, mico-estrela, guigó, rato-do-campo, caxinguelê e tatuê. Raposa-do-campo, jaguatirica, quati e mão-pelada, foram as espécies de mamíferos de médio porte registradas. Já com relação às espécies de mamíferos de grande porte, somente veado-mateiro e lobo-guará foram registrados. Os ambientes de mata analisados encontram-se fragmentados e alterados pela ação antrópica, o que não permite uma grande diversidade de espécies de mamíferos de grande porte já que eles necessitam de áreas florestadas contínuas razoavelmente extensas para conseguir alimento em quantidade suficiente para sua manutenção. Esses ambientes alterados pela ação antrópica favorecem mais a ocorrência de mamíferos de pequeno e médio porte.

Dentre as espécies animais registradas nos grupos faunísticos citados nesse trabalho, somente o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), a jaguatirica (*Leopardus pardalis*) e o guigó (*Callicebus personatus*) que foram citadas por moradores do local, porém não foram vistos durante o trabalho de campo desse estudo, estão incluídas na lista nacional das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção (MMA, 2003), sendo consideradas como vulneráveis.

5.4 MEIO ANTRÓPICO

O empreendimento em análise está localizado no município de Ouro Preto/MG, porém, pela proximidade e ligação com os municípios de Ouro Branco e Conselheiro Lafaiete, os mesmos também foram incluídos na área de influência do empreendimento.

Ouro Preto possui uma população de 70.281 habitantes distribuídos em uma área total de 1.245,864 km², resultando numa densidade demográfica de 56,41 hab/km². Já Conselheiro Lafaiete possui uma população de 116.512 habitantes, com densidade demográfica de 314,67 hab/km². Ouro Branco, por sua vez, possui população total de 35.268, com densidade demográfica de 314,69 hab/km².

Do total dos habitantes do município de Ouro Preto, 84,93% estavam fixados na zona urbana, enquanto que apenas 15,07% estavam na zona rural em 2000. Ouro Branco possui uma proporção entre habitantes da zona urbana e zona rural semelhante à de Ouro Preto – 86,57% da população vive nas cidades, enquanto 13,43% estão no campo. Entre os três municípios focalizados, Conselheiro Lafaiete é o que apresenta a maior parte da população vivendo na zona urbana – 96,77%, sendo que apenas 3,23% estão na zona rural.

Em Ouro Preto o setor que mais se destaca na arrecadação municipal é o de comércio/serviços seguido do setor de importações e o industrial (incluindo mineração). Apesar da maior arrecadação estar ligada ao setor terciário, é o setor secundário que possui o maior PIB municipal. A agropecuária é o setor econômico menos representativo do município, representando apenas 0,41% do PIB municipal de Ouro Preto.

Como se observou, Ouro Preto também se destaca no setor industrial, principalmente no ramo minerário, devido à riqueza de seu subsolo, inserido no Quadrilátero Ferrífero. Assim, o município apresenta riqueza em diversos minerais como o alumínio (bauxita),



calcário, dolomita, ferro, manganês, ocre, pedras britadas e ornamentais (mármore), quartzito, quartzo e talco.

Ouro Branco possui uma atividade agropecuária maior, sendo esse fato demonstrado pelo PIB municipal, pela arrecadação de ICMS do setor e pela quantidade de estabelecimentos rurais, especialmente de pequeno porte.

Conselheiro Lafaiete tem o menor número de estabelecimentos rurais dos três municípios estudados, mesmo com área total maior, com predominância de terras com áreas de pequeno porte, que comportam os agricultores familiares, que em geral produzem para subsistência.

No distrito de Miguel Burnier 81,15% da população possui água canalizada, ligada a rede geral, enquanto 16,39% ainda utilizam-se de poço ou nascente para abastecimento de água.

Quanto à rede viária, segundo os estudos ambientais apresentados, todas as vias do Distrito de Miguel Burnier são de terra ou calçamento mal assentados, além da existência de lombadas construídas pela comunidade, fatos estes que impedem quaisquer possibilidades de se trafegar em uma velocidade mais elevada.

Quanto à rede de esgoto, segundo os estudos ambientais, mais da metade da população não possui esgoto ligado a rede geral ou pluvial, o que perfazia 53,28% dos domicílios, e, 29,10% dos domicílios possui fossa. Os moradores dos outros 17,62% dos domicílios lançam seus esgotos em vala, rios ou lagos ou outros escoadouros. Isso contribui para deterioração da qualidade da água na microbacia a que pertence o distrito (Ribeirão Burnier).

A coleta de lixo ocorre duas vezes por semana, sendo que, 71,31% dos domicílios de Miguel Burnier possuíam esse tipo de serviço no ano de 2000.

Em relação ao serviço de energia elétrica, segundo informações obtidas através dos moradores do distrito de Miguel Burnier no momento dos trabalhos de campo para elaboração dos estudos ambientais, esse tipo de serviço está disponível em quase todas as residências, através da CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais.

Devido ao baixo índice de criminalidade no distrito, a prefeitura não disponibiliza nenhum militar para estar fixado no local. As rondas são feitas esporadicamente por uma viatura que sai de Ouro Preto.

Quanto ao sistema de saúde, o distrito possui apenas 1 posto de saúde, que atende a aproximadamente 122 famílias, ou 420 pessoas. A única especialidade médica disponível para o distrito é a clínica geral.

A única escola do distrito, que é municipalizada (termo dado a algumas escolas que pertenciam ao estado, mas que tiveram sua administração transferida para o município), funciona em dois períodos – manhã e tarde, atendendo a aproximadamente 160 alunos, desde a pré-escola até o ensino fundamental. Para se ter acesso ao ensino médio, não disponibilizado no distrito, a prefeitura de Ouro Preto envia, diariamente, um ônibus para transportar os alunos de Miguel Burnier e de Mota para uma escola em Congonhas.



Em relação às atividades agrárias, o distrito e seu entorno não apresenta vocação para tal atividade. Foi constatado que algumas famílias vivem da agricultura de subsistência, com plantações de milho, feijão, verduras e hortaliças. Não existem registros de comercialização de excedentes de produção, nem utilização de adubos ou defensivos agrícolas.

A atividade comercial no distrito é praticamente inexistente. Não existem estabelecimentos comerciais para satisfazer as necessidades básicas da população como, por exemplo, supermercados, farmácias, padarias, estabelecimentos para compra de verduras, legumes e frutas e outros tipos de serviços como estabelecimentos bancários, agência de correios entre outros.

É devido a essa pouca infra-estrutura que a população utiliza os serviços prestados nas cidades de Ouro Branco e Conselheiro Lafaiete, municípios próximos e com melhor infra-estrutura urbana.

Para reverter esse quadro de decadência econômica e perda populacional, muitos vêem a mineração como uma fonte de recursos e empregos para o distrito, uma vez que o subsolo é rico em recursos minerais.

6. IMPACTOS AMBIENTAIS

6.1 **IMPACTO SOBRE O MEIO FÍSICO**

Qualidade da água: Impacto ocasionado pelo carreamento por água pluvial de partículas sólidas da pilha de estéril não vegetada e vias de acesso, ocasionando o aumento de turbidez, sólidos em suspensão nos cursos d'água à jusante, com a presença de partículas mais grosseiras sedimentáveis e o assoreamento dos mesmos.

Qualidade do ar : Decorre da queima de combustível de equipamentos e máquinas e de emissão de poeira sobre a pilha de estéril e vias de acesso, provocado pelo tráfego de caminhão e atividade eólica.

Ruído: A movimentação de máquinas e caminhões nas vias de acesso e sobre a pilha de estéril contribuirão para o aumento do nível de ruído local. Entretanto, estes equipamentos trabalharão em ambientes abertos e no período diurno, o que contribuirá bastante para a redução de seu potencial poluidor, dada a dissipação natural.

Solos: As alterações no solo, advindas diretamente da atividade, constitui em desestruturação deste devido a sua retirada para implantação da pilha de estéril. Este material será depositado temporariamente, para posterior utilização na reabilitação. As vias de acesso sofrerão compactação devido ao tráfego de caminhões e máquinas. Além disso, a retirada da vegetação destes locais deixarão o solo muito suscetível à ocorrência de processos erosivos.

Paisagem: Será afetada com a formação de bancadas da pilha de estéril geometricamente contrastantes com a fisionomia natural da região.

Geração de resíduos sólidos e lixo doméstico: Não haverá alterações significativas na geração de resíduos sólidos e lixo doméstico com a implantação da nova pilha de Estéril.



6.2 IMPACTO SOBRE O MEIO BIÓTICO

Supressão de vegetação: Constitui um dos impactos mais visíveis da atividade sobre a flora sobre a área onde será implantada a pilha de estéril e a deposição posterior de material na superfície. Entretanto, a supressão da vegetação irá atingir uma área pequena, o que não acarretará grandes perdas.

Perda de habitat: Como flora e fauna estão diretamente relacionadas, os impactos ocorrentes na primeira acarretam perdas de refúgio e possibilidades de alimentação e nidificação à segunda. No entanto, a área impactada é pequena, em virtude disso, os impactos sobre a fauna podem ser considerados pouco significativos.

Produção de ruídos: A produção de ruídos e vibrações no empreendimento devido ao funcionamento de equipamentos e máquinas afugentará temporariamente algumas espécies da fauna, em especial a avifauna, uma vez que muitas tendem a se afastar de áreas antropizadas.

6.3 IMPACTO SOBRE O MEIO SOCIO-ECONOMICO

Manutenção de empregos e incremento de renda: O incremento da produção resultará no aumento da oferta de emprego para o município de Ouro Preto e municípios vizinhos com tradição no desenvolvimento de atividades minerárias, como é o caso de Ouro Branco, Conselheiro Lafaiete e Congonhas onde atualmente são recrutados os funcionários da IMA. Essa medida é de grande relevância para o distrito de Miguel Burnier que necessita de impactos dessa natureza para alavancar a sua economia e obter melhoria dos indicadores sociais. Além disso, deverá ocorrer um aumento da arrecadação tributária, especialmente o ICMS e na demanda por bens e serviços.

7. MEDIDAS DE CONTROLE AMBIENTAL

Para a minimização e mitigação dos impactos identificados no item anterior a empresa adotará medidas de controle ambiental, conforme apresentadas abaixo.

Disciplinamento ambiental: Racionalização na ocupação do solo, sendo que todas as atividades que impliquem em remoção de solos, em especial os serviços de terraplenagem e abertura de acessos, deverão ser restritas àquelas constantes no projeto da nova pilha de estéril.

Controle do nível de poeira e gases: Controle das emissões de poeira fugitivas decorrentes da movimentação de veículos e equipamentos e da ação direta do vento sobre a pilha de estéril. Manter a emissão dos gases decorrentes dos motores de combustão em níveis normais permissíveis pela legislação.

Controle de ruídos: Manter os níveis de ruídos dentro dos limites toleráveis e conforme legislação vigente.

Leiras de proteção: Implantar faixa e leira de proteção ao longo da margem esquerda do Córrego da Usina.



Drenagem das vias de acesso: As vias de acessos a nova pilha de estéril serão dotadas de canaletas de drenagem, intercaladas com pequenos diques filtrantes em descida.

Controle da ação das águas pluviais: Assegurar a redução do fluxo de águas pluviais sobre a superfície da nova pilha de estéril e evitar o carreamento de materiais de natureza diversa para as drenagens naturais e curso d'água receptor.

Sistema de tratamento de esgoto sanitário, de efluentes oleosos e disposição de resíduos sólidos: Manutenção dos sistemas de tratamento de esgoto sanitário e de efluentes oleosos e da disposição final dos resíduos sólidos.

Remoção e estocagem da camada de solo fértil: Remoção e estocagem da camada de solo fértil para posteriormente serem empregados na revegetação das áreas a serem reabilitadas.

Revegetação: Revegetação da pilha de estéril, após a conformação final dos taludes, vias de acessos, leira de proteção e sistema de drenagem.

Sucessão espontânea: Contribuir significativamente para a reabilitação das áreas impactadas.

Confecção de nichos em meio à área em reabilitação/revegetação: Implantação de refúgios para animais de animais de pequeno porte (répteis, aves e pequenos mamíferos).

8. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

O empreendimento possui dois pontos de captação d'água, sendo eles regularizados vias Portarias:

- Portaria N° 00569/2011, válida até 04/03/2016: captação realizada em barragem existente no Córrego da Usina. A água é utilizada no processo industrial. O consumo diário é de 600m³ e o seu tempo de funcionamento de 10 horas.
- Portaria N° 00570/2011, válida até 04/03/2016: captação realizada em drenagem localizada nos pontos de coordenadas UTM 0630384 / 7737374 através de uma bomba de pistão. A água é utilizada para consumo doméstico (abastecimento de banheiros, lavabos, chuveiros, oficina, etc.). O consumo diário é de 20 m³ e o seu tempo de funcionamento de 4 horas.

9. DOCUMENTO AUTORIZATIVO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL - DAIA

Para implantação do empreendimento haverá uma intervenção ambiental em uma área de 3,5 ha, proposta em área onde em anos anteriores explorava-se o mineral calcário através da cava da CSN, sendo então uma área já impactada pelo processo minerário. Dos 3,5 ha solicitados, somente 0,4510 ha são de vegetação nativa na fitofisionomia de Floresta Estacional Semidecidual em estágios inicial a médio de regeneração, sendo o restante da área composta por uma vegetação herbácea, coberto principalmente por gramíneas nativas e exóticas, tais como: capim-rabo-de-burro, capim-barba-de-bode, braquiária, capim-gordura, capim-colônião, grama-batatais e capim-rabo-de-raposa.



Ressalta-se que 0,2000 ha de intervenção ambiental será de supressão com intervenção em Área de Preservação Permanente, relacionada às margens do Córrego da Usina.

Para a realização do inventário florestal foi utilizado o processo de amostragem casual simples, onde as parcelas foram lançadas aleatoriamente na área, procurando representar toda a área a ser suprimida, em função da área ser muito pequena (0,4510ha). Foram lançadas aleatoriamente três (03) parcelas de 300m² (10m X 30m) representando 19,95% da área total do povoamento. A localização das parcelas teve como objetivo amostrar todas as variações de sítio, representando bem a área. Foram identificadas somente 5 espécies, tais como: *Croton urucurana*, *Lithraea molleoides* (Vell.) Engl., *Psidium guajava* L., *Tachigali rugosa* (Mart. ex Benth.) Zarucchi & Pipoly e *Tapirira guianensis* Aubl.

Das espécies encontradas na área a ser suprimida nenhuma está na lista de espécies ameaçadas de extinção da Instrução Normativa do MMA nº 6 de 23 de setembro de 2008.

Será gerado a partir da supressão vegetal um volume lenhoso total de 5,5055 m³ ou 8,2589 st. Segundo informado pelo empreendedor, após a medição da lenha em estéreos (alt X larg X compr) esta será comercializada na região para abastecer fornos de cerâmicas, padarias, etc.

Ressalta-se que a área requerida para supressão não se enquadra em nenhuma das alíneas do Inciso I do Artigo 11 da Lei Federal 11.428/06 (Lei da Mata Atlântica).

10. RESERVA LEGAL

O imóvel denominado “Rodeio de Baixo” onde o empreendimento minerário está localizado, encontra-se registrado na matrícula nº 5.047 datada de 17 de junho de 1987, com área total de 119 hectares.

A área de Reserva Legal da propriedade encontra-se averbada à margem da mesma matrícula, e perfaz um total de 26,805 hectares, não inferior a 20% do total da propriedade, estando dividida em 3 polígonos somente em vegetação nativa, atendendo a utilização prioritária da propriedade (atividade mineraria). Os polígonos possuem área assim definidas: área 1 – 8,7300 ha; área 2 – 6,6300 ha; área 3 – 11,4457 ha.

11. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Consta nos autos do Processo Administrativo Termo de Autorização do Parque Estadual Serra do Ouro Branco e Monumento Natural Estadual Itatiaia N° 033/2011, favorável ao prosseguimento do licenciamento ambiental.

12. COMPENSAÇÕES

COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

O projeto de instalação da Pilha de Estéril da IMA – Indústria de Madeira Imunizada Ltda., interferirá em uma área de 3,5 ha, acarretando um aumento da erodibilidade do



solo; emissão de sons e ruídos residuais; alteração da qualidade físico-química da água e do solo; afungentamento da fauna local; além da supressão de vegetação efetuada na instalação do empreendimento, causando significativo impacto ambiental, sendo recomendado, assim, a cobrança de compensação ambiental, de acordo com a Lei Federal 9.985/00 de 18 de julho de 2000 e do Decreto 45.175, de 17 de setembro de 2009 alterado pelo Decreto N.º 45.629/2011.

COMPENSAÇÃO FLORESTAL

O empreendimento exigirá a remoção de 0,4510 ha de vegetação nativa, nas fitofisionomias de floresta estacional semidecidual em estágios inicial e médio de regeneração sendo recomendada, assim, a cobrança da compensação florestal, de acordo com a Lei Estadual 14.309/02 e Decreto Estadual 43.710/04.

COMPENSAÇÃO DA LEI DA MATA ATLÂNTICA

Para a implantação da Pilha de Estéril da IMA, será suprimido 0,4510 ha de vegetação nativa, nas fitofisionomias de floresta estacional semidecidual em estágios inicial e médio de regeneração, em Mata Atlântica.

Deste modo, sugere-se a aplicação do estabelecido no Art. 32, da Lei n.º 11.428/2006: “A supressão de vegetação secundária em estágio avançado e médio de regeneração para fins de atividade minerárias será admitida mediante:

II – adoção de medida compensatória que inclua a recuperação de área equivalente à área do empreendimento, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, independentemente do disposto no art. 36 da Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000”.

COMPENSAÇÃO POR INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Será suprimida uma área de 0,20 ha em área de APP. Conforme a Resolução CONAMA n.º 369/2006 em seu Art. 5.º, empreendimentos que impliquem na intervenção/supressão em APP deverão adotar medidas de caráter compensatório que inclua a efetiva recuperação ou recomposição destas, nos termos do parágrafo 2.º.

13. CONTROLE PROCESSUAL

O processo encontra-se devidamente formalizado, estando a documentação juntada em concordância com DN 074/04 e Resolução CONAMA N.º 237/97.

Os custos da análise foram devidamente quitados, bem como foi realizada a publicação do pedido de licença em jornal de grande circulação.

Foi apresentada a Declaração da Prefeitura informando que o local e o tipo de instalação estão em conformidades com a legislação municipal.

Por meio da certidão N.º. 426989/2011, expedida pela Diretoria Operacional desta Superintendência em 15/06/2011, constatou-se a inexistência de débito, de natureza ambiental.



A atividade requerida compreende o título autorizativo do DNPM nº 005886/1940 (Concessão de lavra).

A área do empreendimento possui Reserva legal devidamente averbada em Cartório, obedecendo ao limite exigido pela legislação vigente, 20% (vinte por cento) do total da área da propriedade/empreendimento objeto do licenciamento.

De acordo com análise técnica, haverá intervenção e supressão de vegetação em área de preservação permanente. Desse modo, deverá incidir a compensação nos termos da Resolução CONAMA nº 369/2005.

Considerando que foi identificada pela análise técnica a ocorrência de significativos impactos ambientais deverá incidir a compensação ambiental, nos termos da Lei Federal nº 9.965/2010 (SNUC), uma vez que o processo foi instruído com EIA/RIMA, conforme determina o Decreto Estadual nº 45.175/2009, alterado pelo Decreto Estadual nº. 45.629, 07/07/2011.

Do mesmo, deverá incidir a compensação florestal determinada pela Lei Estadual nº 14.309/2002 (art. 36), tendo em vista os impactos identificados pela equipe técnica da SUPRAM CM.

Considerando que o empreendimento encontra-se inserido dentro do Bioma da Mata Atlântica e haverá supressão 0,4510ha de vegetação nativa, deverá incidir a compensação nos termos da Lei Federal nº 11.428/2006.

A análise técnica informa tratar-se de um empreendimento classe 03, concluindo pela concessão da licença, sem condicionantes, com prazo de validade de 04 (quatro) anos.

A Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis, devendo tal observação constar do certificado de licenciamento ambiental a ser emitido.

Ressalta-se que, em caso de descumprimento das condicionantes e/ou qualquer alteração, modificação, ampliação realizada sem comunicar ao órgão licenciador, torna o empreendimento passível de autuação.

14. CONCLUSÃO

Em razão do exposto, recomendamos ao Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM o deferimento do pedido de Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação requerida pela empresa IMA Indústria de Madeira Imunizada Ltda – pilha de estéril (DNPM: 5886/1940), localizada no município de Ouro Preto/MG, pelo prazo de 04 anos (PA COPAM Nº 01888/2003/004/2011), acompanhado das condicionantes expressas no Anexo I, entendimento este a ser seguido, conforme disposto no artigo 1º da Deliberação Normativa nº 17, de 17 de dezembro de 1996.

Cabe esclarecer que a Superintendência da Região Central Metropolitana de Meio Ambiente, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais autorizados nessa licença, sendo a elaboração, instalação e operação, tanto a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável (is) e/ou seu(s) responsável (is) técnico(s).



ANEXO I

Processo COPAM Nº: 01888/2003/004/2011		Classe/Porte: 3/M
Empreendimento: IMA Indústria de Madeira Imunizada Ltda		
Atividade: Pilha de Estéril		
Localização: Rodeio de Baixo, s/n, Miguel Burnier.		
Município: Ouro Preto/MG		
Referência: CONDICIONANTES DA LP+LI		Validade: 04 anos
ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO
1	Protocolar, na Gerência de Compensação Ambiental do Instituto Estadual de Florestas - IEF, solicitação para abertura de processo de cumprimento da compensação ambiental, de acordo com a Lei nº 9.985/00 e Decreto estadual nº 45.175/09 alterado pelo Decreto nº 45.629/11. Apresentar a SUPRAM CM comprovação deste protocolo.	30 dias a partir da data de concessão dessa Licença Ambiental.
2	Protocolar, na Gerência de Compensação Ambiental do Instituto Estadual de Florestas - IEF, solicitação para abertura de processo de cumprimento da compensação prevista na Lei Estadual Nº 14.309/2002 e Decreto Estadual 43.710/04. Apresentar a SUPRAM CM comprovação deste protocolo.	30 dias a partir da data de concessão dessa Licença Ambiental.
3	Protocolar, na Gerência de Compensação Ambiental do Instituto Estadual de Florestas - IEF, solicitação para abertura de processo de cumprimento da compensação prevista na Resolução CONAMA 369/2005. Apresentar a SUPRAM CM comprovação deste protocolo.	30 dias a partir da data de concessão dessa Licença Ambiental.
4	Protocolar, na Gerência de Compensação Ambiental do Instituto Estadual de Florestas - IEF, solicitação para abertura de processo de cumprimento da compensação prevista na Lei da Mata Atlântica 11.428/2006. Apresentar a SUPRAM CM comprovação deste protocolo.	30 dias a partir da data de concessão dessa Licença Ambiental.
5	Manter o sistema de despoejamento do empreendimento através de aspersão de água com auxílio de caminhões-pipa nas vias de circulação interna da mina e nas frentes de trabalho, devendo intensificar no período de estiagem.	Durante a vigência da Licença Ambiental.
6	Dar continuidade aos Programas de Monitoramento, conforme LO 107/2010, válida até 31/05/2014, obedecendo as diretrizes estabelecidas na Deliberação Normativa do COPAM nº 165/2011 de 11/04/2011.	Durante a vigência da Licença Ambiental.
8	Cumprir integralmente o Plano de Controle Ambiental – PCA.	Durante a vigência da Licença Ambiental.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana

(*) Contado a partir da data de concessão da licença

(**) Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos Anexos deste Parecer Único, poderão ser resolvidos junto à própria SUPRAM, mediante a análise técnica e jurídica, desde que não alterem o mérito/conteúdo das condicionantes

(***) Ressalta-se que as condicionantes devem ser protocoladas no prazo fixado junto ao Órgão Ambiental.

OBSERVAÇÕES:

I – O não atendimento aos itens especificados acima, assim como o não cumprimento de qualquer dos itens do PCA apresentado ou mesmo qualquer situação que descaracterize o objeto desta licença, sujeitará a empresa à aplicação das penalidades previstas na Legislação e ao cancelamento da Licença de Operação obtida;

II - Em razão do que dispõe o art. 6º da Deliberação Normativa COPAM Nº 13/1995, o empreendedor tem o prazo de 10 (dez) dias para a publicação, em periódico local ou regional de grande circulação, da concessão da presente licença.

III - Cabe esclarecer que a SUPRAM CM não possui responsabilidade técnica sobre os projetos de controle ambiental e programas de treinamentos aprovados para implantação, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos de inteira responsabilidade da própria empresa, seu projetista e/ou prepostos.



ANEXO III DO PARECER ÚNICO
AGENDA VERDE

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO			
Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Número do Processo	Data da Formalização	Unidade do SISEMA Responsável processo
1.1 Integrado a processo de Licenciamento Ambiental	01888/2003/004/2011	14/06/2011	SUPRAM CM
1.2 Integrado a processo de APEF	03583/2011	14/06/2011	SUPRAM CM
1.3 Não integrado a processo de Lic. Ambiental ou AAF			
2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL			
2.1 Nome: IMA INDÚSTRIA DE MADEIRA IMUNIZADA LTDA		2.2 CPF/CNPJ: 19.791.615/0005-35	
2.3 Endereço: Fazenda Rodeio Baixo, s/nº		2.4 Bairro: Distrito de Miguel Burnier	
2.5 Município: Ouro Preto		2.6 UF: MG	2.7 CEP: 35414-000
2.8 Telefone(s): (31) 3515-7534		2.9 e-mail: meioambiente@grupounitas	
3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL			
3.1 Nome: IMA Indústria de Madeira Imunizada Ltda.		3.2 CPF/CNPJ: 19.791.615/0005-35	
3.3 Endereço: Av. Professor Cristóvan dos Santos, nº 444		3.4 Bairro: Belvedere	
3.5 Município: Belo Horizonte		3.6 UF: MG	3.7 CEP:30320-510
3.8 Telefone(s): (31) 3286-1001		3.9 e-mail:	
4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL			
4.1 Denominação: IMA Indústria de Madeira Imunizada Ltda./ Mineração Lagoa Seca		4.2 Área total (ha): 119,00	
4.3 Município/Distrito: Ouro Preto/Miguel Burnier		4.4 INCRA (CCIR):431.184.025.445.3	
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: nº 5.047	Livro: 2-R	Folha: 57	Comarca: Ouro Preto
4.6 Nº. registro da Posse no Cartório de Notas:		Livro:	Folha: Comarca:
4.7 Coordenada Plana (UTM)	X(6): 630500	Datum: SAD 69	
	Y(7): 77377500	Fuso: 23	
5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL			
5.1 Bacia hidrográfica: Rio Verde			
5.2. Sub-bacia ou microbacia hidrográfica: Córrego da Usina			
5.3 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel			Área (ha)
5.8.1 Caatinga			
5.8.2 Cerrado			
5.8.3 Mata Atlântica			
5.8.4 Ecótono (especificar):			119,00
5.8.5 Total			119,00
5.4 Uso do solo do imóvel			Área (ha)
5.4.1 Área com cobertura vegetal nativa	5.9.1.1 Sem exploração econômica		
	5.9.1.2 Com exploração sustentável através de Manejo		
5.4.2 Área com uso alternativo	5.9.2.1 Agricultura		
	5.9.2.2 Pecuária		
	5.9.2.3 Silvicultura Eucalipto		
	5.9.2.4 Silvicultura Pinus		
	5.9.2.5 Silvicultura Outros		
	5.9.2.6 Mineração		
	5.9.2.7 Assentamento		
5.9.2.8 Infra-estrutura			
5.9.2.9 Outros			
5.4.3. Área já desmatada, porém abandonada, subutilizada ou utilizada de forma inadequada, segundo vocação e capacidade de suporte do solo.			
5.4.4 Total			
5.5 Regularização da Reserva Legal – RL			
5.5.1 Área de RL desonerada (ha): 26,805		5.10.1.2 Data da averbação: 08/10/2007	



5.5.2.3 Total			
5.5.3. Matrícula no Cartório Registro de Imóveis:	5047	Livro: 2-R	Folha: Comarca: Ouro Preto
5.5.4. Bacia Hidrográfica:	Rio Verde	5.5.5 Sub-bacia ou Microbacia:	Córrego da Usina
5.5.6 Bioma:	Mata Atlântica	5.5.7 Fisionomia:	Floresta Estacional Semidecidual
6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO			
6.1 Tipo de Intervenção	Quantidade		unid
	Requerida	Passível de Aprovação	
6.1.1 Supressão da cobertura vegetal nativa com destoca	0,2510	0,2510	ha
6.1.2 Supressão da cobertura vegetal nativa sem destoca			ha
6.1.3 Intervenção em APP com supressão de vegetação nativa	0,2000	0,2000	ha
6.1.4 Intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa			ha
6.1.5 Destoca em área de vegetação nativa			ha
6.1.6 Limpeza de área, com aproveitamento econômico do material lenhoso.			ha
6.1.7 Corte árvores isoladas em meio rural (especificado no item 12)			un
6.1.8 Coleta/Extração de plantas (especificado no item 12)			un
6.1.9 Coleta/Extração produtos da flora nativa (especificado no item 12)			kg
6.1.10 Manejo Sustentável de Vegetação Nativa			ha
6.1.11 Regularização de Ocupação Antrópica Consolidada em APP			ha
6.1.12 Regularização de Reserva Legal	Demarcação e Averbação ou Registro		ha
	Relocação		ha
	Recomposição		ha
	Compensação		ha
	Desoneração		ha
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO			
7.1 Bioma/Transição entre biomas			Área (ha)
7.1.1 Caatinga			
7.1.2 Cerrado			
7.1.3 Mata Atlântica			0,4510
7.1.4 Ecótono (especificar) Cerrado e Mata Atlântica			
7.1.5 Total			0,4510
8. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA			
8.1 Uso proposto	Especificação	Área (ha)	
8.1.1 Agricultura			
8.1.2 Pecuária			
8.1.3 Silvicultura Eucalipto			
8.1.4 Silvicultura Pinus			
8.1.5 Silvicultura Outros			
8.1.6 Mineração	Pilha de estéril	0,4510	
8.1.7 Assentamento			
8.1.8 Infra-estrutura			
8.1.9 Manejo Sustentável da Vegetação Nativa			
8.1.10 Outro			
9. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO			
9.1 Produto/Subproduto	Especificação	Qtde	Unidade
9.1.1 Lenha	comercializada	5,5055	m ³
9.1.2 Carvão			
9.1.3 Torete			
9.1.4 Madeira em tora			
9.1.5 Dormentes/ Achas/Mourões/Postes			
9.1.6 Flores/ Folhas/ Frutos/ Cascas/Raízes			
9.1.7 Outros			m ³
10. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS.			



11. RESPONSÁVEIS PELO PARECER TÉCNICO.

Flora Misaki Rodrigues
MASP: 1274271-4

